

Reflexões em chave histórica sobre a chamada ocupação espontânea de terras no nordeste da Província de Misiones, Argentina, no final do século xx¹

Reflections in historical key on the so-called spontaneous occupation of land in the northeast of the Province of Misiones, Argentina at the end of the 20th century

Luis Sebastian Ramirez*

Resumo: Este artigo apresenta um conjunto de antecedentes históricos através dos quais é possível refletir, entender e explicar o processo conflituoso de ocupação espontânea de terras particulares ocorridas no Nordeste da província de Misiones, Argentina, no final do século XX. A principal premissa que norteia a pesquisa afirma que os conflitos causados pela ocupação espontânea são produto da complexa rede de relações sociais que existia entre os projetos de criação de colônias no final do século XIX e as transformações da estrutura social e agrícola ocorridas durante o século XX. A referência empírica que apoia a pesquisa é composta por uma seleção de entrevistas realizadas com produtores rurais que ocupam terras em diferentes momentos da experiência de campo.

Palavras-chave: Disputas territoriais. Ocupação espontânea. Misiones.

Abstract: This article presents a set of historical antecedents through which it is possible to reflect, understand and explain the conflicting process of spontaneous occupation of private lands that occurred in the northeast of the province of Misiones, Argentina, at the end of the 20th century. The main premise that guides the research states that the conflicts caused by spontaneous occupation are the product of the complex network of social relations that existed between the projects for the creation of colonies in the late 19th century and the transformations in the social and agricultural

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial. O autor agradece ao professor Raquel Coletto (FHyCS-UNaM) e Telma de Jesus Reis (UniCEUB) por colaborarem na tradução deste texto.

¹ Becario Doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Licenciado en historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. Profesor da Universidad Nacional de Misiones. E-mail: lsr.sebastian@gmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

structure that occurred during the period. 20th century. The empirical reference that supports the research consists of a selection of interviews conducted with rural producers who occupy land at different times in the field experience.

Keywords: Territorial conflicts. Spontaneous occupation. Misiones.

Recebido em 19/11/2019. Aceito em 11/03/2020.

Introdução

No final de 1970, simultaneamente com a crise da indústria florestal e o abandono de terras pelas empresas florestais, um processo de ocupação da terra que se generalizou nos anos 90 começou a tomar forma no Nordeste da província de Misiones. Essa nova forma de assentamento conhecida como ocupação espontânea de terras privadas, diferentemente da colonização oficial, apresentava uma natureza não planejada e estava estrelando famílias de pequenos produtores que se estabeleceram na área. Após o investimento de capital estrangeiro em meados dos anos 90, o valor produtivo das fazendas abandonadas foi restaurado, o que desencadeou um complexo período de luta entre a população rural e os empresários florestais. Somente nessa época o Estado interveio no conflito, assumindo um papel de arbitragem entre as partes envolvidas. Enquanto os ocupantes exigiam a mediação do Estado para regularizar as parcelas que ocupavam com a produção de tabaco por mais de uma década, os proprietários das empresas florestais exigiam o retorno das terras que, em muitos casos, eram habitadas por ex-funcionários demitidos após o abandono deles.

A hipótese geral que norteia a investigação indica que os conflitos desencadeados pelo fenômeno da ocupação espontânea de terras privadas, no nordeste da província de Misiones, são o resultado de uma série de fenômenos históricos contraditórios que ocorreram entre 1920 - momento inicial de a fundação de colônias no norte - e 1995, quando transformações na estrutura social agrária, produzidas pelo desenvolvimento industrial florestal, aprofundaram as desigualdades socioeconômicas na região. Nesse contexto, a intervenção do Estado (nacional e provincial) beneficiou as empresas florestais por meio de diferentes mecanismos de compensação, garantindo-lhes o desempenho normal de suas capitais.

Para dar conta desses aspectos, primeiro será apresentada uma síntese histórica do assentamento de Misiones, que permitirá observar os fatores que causaram o esgotamento da fronteira agrícola e o processo de ocupação espontânea de terras privadas. Posteriormente, será realizada uma cronologia do conflito fundiário. Por fim, delinearemos uma série de reflexões que explicam nossa proposta analítica de abordar conflitos territoriais no Nordeste da província de Misiones.

Sobre a proposta metodológica

Com base em um estudo de caso, aplicando metodologias qualitativas de coleta de dados e sob uma perspectiva analítica que considera os conflitos como um conjunto de relações sociais

dialéticas inerentes a toda sociedade de classes, este artigo descreve e analisa o processo histórico de conflito social sobre a posse da terra no Nordeste da província de Misiones, Argentina.

Para integrar adequadamente a análise histórica ao desenvolvimento metodológico proposto, foi realizada uma comparação de dados entre bibliografia especializada, depoimentos orais e imprensa escrita. Em relação a este último, foi ponderada a abordagem teórico-metodológica a partir da qual os jornais são considerados fonte de informação científica nas ciências sociais, particularmente na pesquisa histórica, onde são usadas como fonte de informações adicionais que oferecem uma maneira de entender o contexto histórico de eventos passados (KRTALIC; HASENAY, 2012). Conseqüentemente, foram pesquisados dois jornais argentinos: *El Territorio*, um jornal matutino com abrangência provincial que realizou um acompanhamento sistemático do caso, e um jornal com abrangência nacional, que instalou o conflito fundiário em Misiones em nível nacional. Nos dois casos, a pesquisa foi realizada para o período entre 1995 e 2015.

Por sua vez, os depoimentos citados correspondem a uma seleção parcial de fontes orais obtidas em diferentes experiências de campo (setembro de 2015, novembro de 2017 e fevereiro de 2019) na área de Pozo Azul, departamento de San Pedro.

A decisão de trabalhar com fontes orais para realizar parte da reconstrução do período analisado está enquadrada na abordagem interdisciplinar proposta por Thompson (2004), que define a história oral como uma “encruzilhada entre história, antropologia, sociologia e análises literárias e culturais, arena onde uma interpretação da história, das sociedades e das culturas entra em cena através da escuta e do registro das memórias e experiências de seus protagonistas” (THOMPSON, 2004, p. 15). Assim, os depoimentos incluídos nesta redação representam um registro subjetivo da experiência do entrevistado, que combina uma percepção particular dos eventos com a transmissão de sua experiência².

Cabe esclarecer que a subjetividade é entendida aqui como “parte da materialidade da história” (POZZI, 2012, p. 62), trata-se de um construto social atravessado por vários processos contraditórios que, em última instância, originam e condicionam subjetividade. Por isso, diferentemente das abordagens derivadas do relativismo subjetivo, que, como menciona Galafassi (2006), colocam em segundo plano a luta, o conflito e a licitação entre forças antagônicas (GALAFASSI, 2006, p. 38), buscamos aqui “construir socialmente o significado do passado” (MILOS, 2005, p. 87) a partir da concepção marxista de que o fato histórico é o “resultado final que deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, por sua vez, é o que se deve ao efeito de uma infinidade de condições especiais de vida” (ENGELS, 1973, p. 379).

Assim, o objetivo de utilizar metodologias qualitativas foi investigar a existência social de um grupo heterogêneo de famílias rurais, a fim de reconstruir historicamente, através de interpretações, um processo que continua aberto. Logo, o uso da entrevista etnográfica, definida por Guber (2011) como “uma relação social através da qual as afirmações e verbalizações são obtidas em uma instância de observação e participação direta” (GUBER, 2011, p. 70), permitiu um tipo de abordagem que reduziu as formalidades entrevistado-entrevistador e gerou em todos os casos uma conversa descontraída no ambiente doméstico dos entrevistados. Por sua vez, possibilitou o dimensionamento do coletivo em relação ao indivíduo da experiência aberta pelo processo de luta pela terra.

² Para um maior desenvolvimento dessa abordagem, recomendamos a leitura de Gili (2010) intitulada “História oral e memória coletiva como ferramentas para registrar o passado”.

Resta mencionar que a amostra de depoimento é composta por seis entrevistas, realizadas com cinco produtores e um produtor rural. Em todos os casos, foram ocupantes de terras que participaram ativamente do processo de tomada de terras. A pedido expresso destes, suas identidades não são reveladas, pois, no momento deste trabalho, todos estão vinculados à instância de regularização de domínio da terra em que habitam. Quanto às transcrições das entrevistas, nos casos permitidos pela tradução para o português, elas foram realizadas de forma textual, pois considera-se que, dessa forma, parte do conhecimento material e socialmente adquirido dos protagonistas é respeitado.

Da colonização do território misionero à exaustão da fronteira agrícola

Colonização e ocupação do Território Nacional de Misiones

Em 1880, em meio ao conflito sobre a região misionera³, o Estado brasileiro decidiu instalar assentamentos militares no espaço emoldurado pelos rios Pepirí Guazú, San Antonio, Chapecó e Chopín. Em resposta, do lado misionero estabeleceram-se assentamentos em terras públicas, expandiu-se a fronteira agrária e promoveu-se a imigração.

Cinco meses antes da federalização, o governo da província de Corrientes⁴ executou a venda de 2.101.936 hectares a “27 pessoas, entre as quais encontravam-se funcionários do Estado e oficiais do Exército” (BELASTEGUI, 2006, p. 29). Dessa forma, o governo nacional conseguiu a administração política e jurídica do Território, mas a propriedade da terra continuou em mãos particulares. Finalmente, em 22 de dezembro de 1881, foi criado o Território Nacional de Misiones⁵, com o objetivo de proteger a fronteira do país contra a situação de disputas fronteiriças.

Em 1882, o novo governador do Território, Rudecindo Roca, lançou uma política de promoção de terras para colonização, estabelecida pela Lei de Imigração e Colonização de Avellaneda, promulgada em outubro de 1876 e pela Lei de Venda de Terras e Divisão de Territórios Nacionais, nº 1.265 do ano em curso, promovendo assim a chegada de imigrantes europeus que tiveram acesso garantido à terra. Essas leis possibilitaram a implementação conjunta da imigração e colonização, entendida esta última como ocupação planejada em que o Estado administra a terra, localiza os colonos e fomenta as colônias nacionais (GALLERO; KRAUTSTOFL, 2010).

A imigração europeia - mas também a fronteira de fluxo populacional com o Paraguai e o Brasil - “contribuiu para a expansão da fronteira agrícola com a instalação de um modelo de distribuição de terras baseado em pequenas propriedades” (KOSTLIN, 2009, p. 5). No caso do Sul de Misiones, a chegada dos primeiros imigrantes de origem galiziana à antiga redução jesuíta de Apóstoles, em 1897, marcou o início da colonização oficial de terras públicas. Naquela época, 14 famílias (cerca de 68 pessoas) mudaram-se para Misiones como resultado dos esforços do

³ A disputa pela posse do setor de Missões Orientais entre a República Argentina e o Brasil foi resolvida através da sentença arbitral do presidente dos Estados Unidos, Stephen Cleveland, em 5 de fevereiro de 1895. A disputa começou em 1791 entre os comissários demarcadores da limites da Espanha e Portugal e continuou em 1881 entre os governos da Argentina e do Brasil. Por fim, a decisão sobre a Questão das Missões, como é conhecida pela historiografia brasileira, foi favorável aos interesses desse país.

⁴ Entre 1830 e 1865, o território misionero estava sob a administração da província de Corrientes e da República do Paraguai. Após a guerra da Tríplice Aliança (1870), todos os territórios da antiga província guaranítica permaneceram sob a jurisdição do governo Correntino.

⁵ “Entre 1881 e 1953, a atual Província de Misiones era Território Nacional, permanecendo sob controle e administração federal sob as disposições das Leis nº 1.149 de 22/12/81 e 1.532 de 16/10/84 Territórios Nacionais (ZOUVI, 2008, p. 1).

governador Juan José Lanusse perante as autoridades de imigração (ABINZANO, 1985). Uma vez nesses territórios, o Estado concedeu-lhes um mínimo de “25 ha e um máximo legal de 100 ha, de acordo com o tamanho do grupo familiar” (BARTOLOMÉ, 2007, p. 16) para se dedicar ao cultivo de erva mate, “maneira tradicional de estabelecer colonos e seu acesso à terra” (RODRÍGUEZ, 2015, p. 45).

No Norte, por outro lado, a expansão territorial realizada desde 1920, permitiu a intervenção do capital no ramo florestal na forma de colonização de terras privadas, impulsionada por empresas estrangeiras que extraíam recursos dos ervais naturais e desmatavam as terras para fazer uso da madeira (RAMIREZ, 2017). Essa tarefa exigia grandes desembolsos de dinheiro para a compra de terras e, posteriormente, para a imobilização do capital até a venda da matéria-prima.

Com a expansão da área plantada no final da década de 1930, quase todas as terras fiscais foram destinadas à extensão dos novos cultivos. Dessa forma, através da compra e administração de terras, empresários privados estruturaram projetos sem gerenciar a terra pública, conforme estabelecia a legislação oficial (GALLERO; KRAUTSTOFL, 2010), de modo que ambas as formas de colonização coexistiram aproximadamente até 1935.

A provincialização de Misiones: crise e esgotamento da fronteira agrícola

Em dezembro de 1953, o Presidente Juan Domingo Perón declarou - através da promulgação da Lei nº 14.294 do Poder Legislativo Nacional - a provincialização do até então Território Nacional de Missões. Do ponto de vista produtivo, isso significou a incorporação da população misionera à dinâmica nacional, que consolidou um setor responsável por “controlar os principais mecanismos de comercialização e industrialização agrícola” (SCHVÖRER, 2001, p. 8). Esse novo cenário favoreceu à indústria florestal que, em 1955, experimentou um crescimento significativo, tanto em relação à instalação de empresas madeireiras quanto à produção de celulose. Dessa forma, conseguiu-se integrar o setor primário ao setor industrial, investindo no desmatamento de grandes áreas de montanhas na região do Alto Paraná.

Em 1960, a pequena produção agrícola representava 67,5% do total de fazendas existentes na jovem província. No entanto, a sucessiva crise de superprodução de erva mate e sua subsequente regulamentação pelo Estado Nacional forçaram a incorporação de pequenos produtores ao complexo agroindustrial de tungue, chá e tabaco. Nas décadas seguintes, a extensão da atividade florestal, juntamente com o aumento da produtividade da soja e dos citros, causou o esgotamento da fronteira agrícola e a queda nos preços dos cultivos industriais tradicionais. Com isso, houve uma nova crise no setor que causou o despovoamento do Sul e Centro da província (SLUTZKY, 2014) e uma tendência à pauperização, proletarização e conseqüente desaparecimento dos produtores menos capitalizados do Norte, em 1980.

A remoção dos subsídios ao setor florestal, em 1985, levou à falência das empresas e ao subsequente abandono das terras dedicadas a essa atividade, o que deixou vago o espaço ocupado por produtores pauperizados da antiga colonização e ex-funcionários florestais. Esse fenômeno se desenvolveu espontaneamente como resultado de: a) avanço da florestação e concentração de terras nas mãos de capitais transnacionais; b) descapitalização progressiva dos setores agrícolas médios; c) esgotamento de terras fiscais no Sul e Centro da província e d) a crescente pauperização da pequena produção; que em geral foi incorporada à indústria do tabaco, alternando o cultivo de subsistência com a produção de tabaco loiro do tipo Burley.

Uma década depois, a reativação da silvicultura, produto de um novo investimento de capital estrangeiro, restaurou o valor produtivo de terras abandonadas e abriu um período de fortes tensões entre ex-proprietários das terras e famílias que haviam decidido se instalar nelas.

Os conflitos sobre a terra no Norte da província de Misiones

Primeiro momento: o abandono da terra

A área abandonada pelas empresas madeireiras em meados da década de 1980 foi de 65.000 ha. Após a falência, as propriedades foram ocupadas por ex-trabalhadores florestais a quem eram devidos salários e por fazendeiros provenientes da área meridional da província e em menor grau do Sul do Brasil. Atualmente, as famílias assentadas nessas terras se dedicam à criação de aves para consumo próprio e/ou cultivo de milho e tabaco do tipo Burley em pequena escala.

Empresas florestais

Durante o ano de 1936, no âmbito da colonização de terras particulares, a Intercontinental Compañía Maderera S.A.⁶ começou a trabalhar no Departamento Geral Manuel Belgrano (atualmente Puente Alto S.A.), uma propriedade do Grupo Dreyfus, Rostchild Bank que cobriu cerca de 35.156 ha. Dentro dessa propriedade, vários assentamentos podem ser distinguidos: Três Vecinos, Inter Cross, Inter Vieja, Piraí Miní, Picada 10, km 80 e União Desbastada. Em 1972, foi adquirida pelo San Miguel Cooperative Bank, que instalou uma serração e uma usina na área. No final de 1980 - no momento da declaração de falência - a propriedade já estava hipotecada pelo Banco Nacional, que em 1999 a colocou em leilão: “O ‘ex Inter’, que faliu na época, deixou 70 - 80 famílias sem-teto e falando em número de pessoas cerca de 7 ou 8 pessoas por família. As pessoas, no ano seguinte, começaram a passar fome, porque a empresa prometeu voltar e nunca mais voltou” (Op. Cit).

Em 1948, a empresa Colonizadora Misionera S.A. foi instalada no Departamento de San Pedro Imobiliário, Agrícola e Industrial. Dona de cerca de 29.000 hectares, sua principal atividade na área era a exploração de florestas nativas. Dentro dele estão os assentamentos do km 80 e km 90, El Progreso, Juanita, Piraí Guazú, Polvorín, Portón Viejo e Piraí Miní. Em 1980, ela contraiu dívidas fiscais que a levaram a vender parte de seus ativos aos administradores da Los Cencerros S.A. e Mondorí S.R.L.

Enquanto a atividade extrativa estava em expansão, ambas propriedades foram povoadas por famílias que tiveram algum membro afetado pela exploração da floresta. Principalmente pais e filhos, mas também mulheres com descendentes sob seus cuidados, que não possuíam terras produtivas e residiam em casas que as empresas construíam para seus funcionários. “Trabalhei na propriedade de García⁷, fazendo as tarefas domésticas, mas como não havia o que fazer, fui para a floresta, para limpar capoeiras ou recolher os troncos restantes. Eles me pagavam por dia, não era muito, mas eu tinha que levar a comida para os meus filhos e fiquei sozinha até me juntar ao meu atual marido” (Produtora Ocupante de La Colonizadora, Km 80, fevereiro de 2019).

⁶ Para expandir outras empresas instaladas na área, veja o registro de Schwörer (2001).

⁷ O entrevistado se refere ao empresário florestal Francisco Serafín García, que era o gerente e então presidente da empresa Colonizadora Misionera S.A. Imobiliário agrícola e industrial de fevereiro de 2009 até sua morte em fevereiro de 2011. Atualmente, seu lugar é ocupado por seu filho Francisco Luis García.

A dispensa da atividade florestal

A década de 1980 na Argentina foi marcada por uma forte crise social e econômica herdada da última ditadura militar (1976-1983). Apesar da implementação de novas políticas econômicas, o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989) não conseguiu amenizar a crise monetária. Nestas circunstâncias, por volta de 1985, os créditos tributários destinados ao reflorestamento estagnaram, o que precipitou a queda da rentabilidade do setor e gerou a falência da Colonizadora e do Intercontinental, que abandonaram as terras localizadas nos departamentos de Guarani, Belgrano e San Pedro, lugar onde se localiza o atual município de Pozo⁸ Azul, epicentro de conflitos por terras no Norte da província de Misiones.

A partir desse momento, os demitidos da atividade florestal e suas famílias se instalaram nas terras dedicadas à exploração madeireira - em alguns casos com permissão de seus proprietários - onde atualmente existe uma terceira geração que habita o local e reclamam essas terras. “A realidade é clara: sessenta por cento são famílias locais aqui. Filhos dos que vieram trabalhar com empresas. Filhos, netos, como no meu caso. Somos 5 irmãos, então, quando eu vim era uma família, hoje somos seis famílias” (Produtora Ocupante da Colonizadora km 90, setembro de 2015). Processos mais recentes mostram outra forma de ocupação ligada à produção de tabaco⁹. Famílias do sul e centro da província, em busca de terras agrícolas, ocupavam terras cujos proprietários não estavam assentados na área:

O Polvorín, km 90 e Santa Rosa, começou a povoar empresas de tabaco em 2004 ou 2005, aproximadamente. O espaço que ocupavam era a terra de Garcia, o dono [...] eles sempre respeitaram isso. Eles pegaram o que era o monte nativo. Por outro lado, as outras pessoas chegaram e entraram em ‘preparação’ na parte em que foram despejadas mais tarde. Não eram plantadores de tabaco, eram mais peões do que qualquer outra coisa, não tinham plantações fixas” (Produtor Ocupante do Intercontinental, Tres Vecinos, setembro de 2015).

Em todos os casos, a ocupação de terras particulares ocorreu quando as famílias estavam em uma situação que “colocava seus próprios meios de subsistência em risco” (KOSTLIN, 2009, p. 11). Isso explica em parte a espontaneidade e a falta de planejamento prévio com o qual eles foram desenvolvidos.

Segundo momento: desenvolvimento da ocupação espontânea

Com a implementação de políticas estaduais no Sul e no Centro da província, ou de empresas privadas, no Norte, o processo de ocupação do espaço misionario foi realizado a partir da expansão das propriedades agrícolas. Dessa forma, o negócio florestal, que impulsionou a colonização privada na área em estudo, também garantiu a força de trabalho necessária para a atividade extrativa.

⁸ No momento do início desta investigação (2013), Pozo Azul ainda era um local do Departamento de San Pedro. Em 12 de outubro de 2017, foi declarado como “Município 76” da província de Misiones.

⁹ Os ocupantes dedicados ao cultivo do tabaco são estritamente trabalhadores das cooperativas de tabaco, que fornecem todos os meios de produção necessários para esta tarefa sob a forma chamada agricultura por contrato, uma das muitas maneiras de evitar a formalização do trabalhador e, assim, evite pagar os custos que isso implica, incluindo a garantia de um salário mínimo. Desenvolva com mais detalhes essa noção em Ramirez (2015).

Ocupação espontânea e formação de um mercado informal de terras

A espontaneidade na hora de ocupar as terras abandonadas pela atividade florestal foi apresentada como uma característica deste novo estágio de colonização do território. Conseqüentemente, a ignorância das dimensões reais das parcelas ocupadas aparece como um elemento comum nas histórias. “Quando eles fizeram a medição, encontraram famílias que diziam ter 30 ha e que tinham 17 ha, porque não sabiam o que tinham. Você usou assim, sem saber o que usou” (Produtor Ocupante da Colonizadora, Tres Vecinos, setembro de 2015).

As situações relacionadas à terra ocorreram de várias formas, de uma família que considerava terrenos tributários a um lote de terra pelo absenteísmo de seus proprietários, a empreendedores florestais ou outros ocupantes que ofereciam como terras particulares ou O Tesouro. Isso levou a um mercado informal de terras na região, onde foram implementadas pelo menos duas formas de aquisição de terras: a) o brique: um exercício de troca sem intervenção do dinheiro como mercadoria equivalente, executado com base no binômio necessidade/benefício de cada parte no momento da condução dos negócios e b) compra de melhorias: aquisição de parcelas pelas quais as famílias pagaram um vendedor que as ofereceu como suas.

Em várias ocasiões durante a pesquisa de campo, os entrevistados apontaram que o último método era o mais utilizado para ocupar e valorizar a terra na área. Porém, para evitar cair na simplificação ao expor as estratégias de reprodução social realizadas por essa população, é oportuno considerar esses ditos em relação à noção de “legitimidade” que eles apresentam, uma vez que é comum assumir “mais legítimos” a aquisição de melhorias que a ocupação direta, pelo que sua resposta pode ser condicionada por essa concepção.

O movimento de piquetes e a luta por terras no Norte de Misiones

O congelamento de salários e a redução dos gastos públicos, juntamente com o processo hiper inflacionário do final dos anos 1980, forçaram o presidente Alfonsín a concordar com uma saída antecipada do governo. Em 8 de julho de 1989, Carlos Saúl Menem assumiu o cargo, que ocuparia esse lugar por dez anos.

Poucos meses após a inauguração de seu primeiro mandato (1989-1995), o Congresso Nacional promulgou a Lei da Convertibilidade - prorrogada até 2002 - que colocava a moeda nacional na reserva do Banco Central da Nação, que gerou uma relação de paridade cambial em que um peso argentino era equivalente a um dólar americano. Posteriormente, em março de 1991, foi aprovada a Lei de Reforma do Estado que autorizava a privatização da maioria das empresas estatais. Essas medidas alcançaram uma estabilidade econômica temporária, baseada no endividamento externo e nas entradas de capital estrangeiro, o que incentivou um segundo mandato presidencial de Menem (1995-1999).

Caracterizado por uma forte recessão econômica e altas taxas de desemprego, durante este último período, um grupo de organizações que nutria trabalhadores desempregados começou a proliferar em todo o país, um fenômeno de massa que se tornaria um fator determinante na política argentina: piquete. Embora sua primeira aparição tenha data do final de 1993 (durante o primeiro mandato de Menem), quando funcionários estatais da cidade de Santiago del Estero incendiaram a sede do governo em reivindicação de salários devidos, as imagens que percorreram o país expondo o chamado método piquetero, foram desenvolvidos entre 1995 e 1997 nas cidades de Cutral-Có e Plaza Huicul em Neuquén e Gral. Mosconi e Tartagal em Salta, localizadas

em regiões cuja economia dependia essencialmente das bacias de gás e petróleo privatizadas pelo Estado Nacional.

Entre 1993 e 1997, o capital estrangeiro destinou cerca de US \$ 1 bilhão para reativar a indústria florestal em Misiones, enquanto entre 1997 e 2002 a Alto Paraná S.A. investiu cerca de 288 milhões de dólares no agronegócio. Essa injeção maciça de capital, restaurou o valor produtivo das terras abandonadas e abriu um período de conflitos entre as empresas - que buscavam recuperar suas terras - e a população ocupante - que enfrentava as constantes ameaças de despejo - começaram a estabelecer vínculos com diferentes ONGs que eles tinham “o conhecimento necessário para formular demandas e dar uma possível solução para o conflito” (OTERO, 2008, p. 75).

A novidade é que, neste local remoto do país, com famílias rurais, com o objetivo de defender seus meios de subsistência, a terra, assumiram o desafio de montar suas próprias organizações e desenvolver uma ferramenta política que caracterizasse suas famílias, atuar: “o piquete, para a luta, e a assembleia, para a tomada de decisão” (D’ATRI; ESCATI, 2008, p. 3). Sob essa premissa, surgem duas experiências coletivas que tiveram uma influência importante na organização coletiva da população ocupante: a Pastoral Social e a Comissão Central de Terras de Pozo Azul.

Pastoral Social: uma ferramenta da Igreja Católica para produtores

Pastoral Social, era um espaço ligado à Igreja Católica através da Diocese de Iguazú, pelo bispo Joaquín Piña. “Eles colocavam avisos no rádio ou vinham às fazendas convidando para reuniões que aconteciam em uma igreja em Pozo Azul e dali conversávamos sobre o que fazer” (Produtor Ocupante de La Intercontinental, Inter Vieja, fevereiro de 2019). A relação entre os ocupantes e a Pastoral Social prosperou e, com ela, cresceu a imagem do Bispo Piña, que “empurrou os ocupantes com o argumento de que a terra é sagrada, que Deus a deu a eles e que deve ser compartilhada” (Serafín García, então gerente da Colonizadora AS, Diário Página 12, fevereiro de 2003).

Em outubro de 1997, o Primeiro Encontro da Terra foi organizado pelo Ministério Social do Norte. Enquanto, em 2000, foi realizado o Jubileu da Terra:

A terra pertence a quem trabalha, foi um debate muito importante. Todas as organizações e pessoas com problemas sociais se reuniram. Tivemos um dia inteiro em San Pedro, foram montados grupos de trabalho e, a partir desse Jubileu da Terra, foram organizados os Fóruns da Terra, que também geraram uma Tabela Provincial de Terras com parceiros nas rotas 17, 12, 20 e 14 (Produtor ocupante da Colonizadora, km 90, novembro de 2017).

Politicamente, os Fóruns trabalharam com a participação ativa de pequenos produtores e outras organizações sociais. Esses espaços forneceram as primeiras ferramentas organizacionais aos ocupantes que, depois de discutirem e trabalharem coletivamente, tomaram as decisões necessárias para tornar visíveis seus problemas e gerenciar as demandas mais sentidas dos vizinhos frente às autoridades estaduais provinciais (Diário Página 12, dezembro de 2007).

Comissão Central da Terra: Uma ferramenta de produção para produtores

Embora a promoção desses espaços por uma figura pública como o bispo Piña e seu pedido de ação direta pela tomada de terras tenham colocado o conflito na agenda da mídia, a falta

de resposta do Estado às solicitações dos ocupantes formais e o constante cerco de empresas para despejo de terras começaram a desgastar o relacionamento entre alguns produtores e a Pastoral Social.

Durante o ano de 2000, enquanto o movimento “piquetero” crescia em todo o país, os ocupantes da cidade de Pozo Azul, em busca de um maior nível de autonomia, decidiram construir uma organização independente da ordem eclesiástica. Foi então que fundaram a Comissão Central da Terra (doravante CCT), adotaram as assembleias como um espaço deliberativo, o corpo de delegados como uma forma de representação e os bloqueios de estradas como uma alternativa de ação direta. “Eu dormi na estrada, era um trabalho para mim. Eu não desistia de trabalhar em casa se de repente você não tivesse a segurança de que eu era dono da terra. Eu ia trabalhar na rodovia, no piquete” (Produtor Ocupante de La Intercontinental, Inter Vieja, fevereiro de 2019).

Até 2002, o CCT trabalhava com delegados. Posteriormente, eles votaram na assembleia a criação de uma ONG que obteve status legal em 2004. “Nós não a obtivemos antes porque o Estado não nos concedeu, porque naquela época estávamos com um conflito muito amplo sobre a questão fundiária. Mas tínhamos a Comissão Central de Terras de Pozo Azul que cobria toda a área” (Produtor Ocupante da Colonizadora, Km 90, setembro de 2015). Como estratégia para dissipar o conflito, o Estado encontrou na legalidade a possibilidade de dismantelar a organização sindical dos ocupantes, solicitando que certificassem sua situação como ONG se pretendiam ser reconhecidos pelas autoridades:

Quando criamos o status legal, criamos todos os documentos, estatutos e tudo o que enviamos em nome da organização. Da personalidade jurídica, eles rejeitaram o nome porque dizia ‘Comissão Central de Terras de Pozo Azul’ e disseram que era a comissão que centralizaria todas as terras. Como se eu tivesse poder sobre essas terras e não sobre os produtores. Nem pensamos nessa situação, falamos de ‘central’, pois era o eixo central da luta pela terra (Produtor Ocupante da Colonizadora, Km 90, setembro de 2015).

O método claro de tomada de decisões implementado pela CCT tem sido a pedra angular que os ocupantes organizaram para aproximá-la do chão. As seções sucessivas da estrada e as manifestações realizadas na área receberam o apoio de organizações sociais em toda a província, de modo que o Estado, apesar de seus esforços para expandir o processo, foi forçado em 2004 a promulgar o Plano de Enraizamento e Colonização, uma lei que definitivamente dava posse de terras às famílias ocupantes.

As reivindicações alcançadas na tentativa de ocultar as discrepâncias dentro da CCT e a influência da Pastoral Social continuam a separar as águas entre seus principais líderes. No entanto, a reivindicação de um setor para vincular a organização a instituições financiadas pelo Estado (com o objetivo de dismantelar organizações de produtores por meio da cooptação de seus membros) venderia definitivamente a repartição da CCT em 2005.

O Subsecretário da Agricultura Familiar da Nação tentou novamente criar um fórum para entender os problemas sociais, mas, neste caso, criado pelos estados, liderados por políticos provinciais e nacionais, e então onde estava o centro da interrupção do Fórum da Terra? dividida em organizações (Produtor Ocupante do Colonizador, km 90, novembro de 2017).

Desde então, uma fração do TMC, continuidade ligada à igreja católica e a outras organizações estatais. Eles também formaram a sigla CCT-A (Autônoma), atualmente usada para designar a

Associação Civil de Comunidades Camponesas para o Trabalho Agrícola. Por outro lado, em 2006, a renúncia do Bispo Piña à Diocese de Iguazú, a atividade da Pastoral Social foi ameaçada por um manto de ideias, culminando na acusação de Marcelo Martorell a Piña e seus colaboradores sendo acusados de utilizar uma grande parte dos fundos da Igreja para financiar campanhas políticas.

O Plano de Enraizamento e Colonização¹⁰

Graças à luta incansável que as famílias ocupantes realizaram, em 2000, eles conseguiram reduzir o período mínimo de ocupação estabelecido pela Lei Provincial nº 36 (antiga Lei nº 3.141) de 16 anos para 60 meses¹¹. Durante os anos de 2001 e 2004, as medidas de força continuaram com um nível crescente de convocação. Conseqüentemente, os ocupantes alcançaram as primeiras realizações parciais: a) titulação de pequenas porções de terra, b) realocação de famílias não contempladas na Lei e c) entrega de permissões de ocupação e concessão de permissões para medidas. No entanto, as partes não chegaram a um acordo sobre o custo e a quantidade de área que as empresas venderiam ao Estado.

Em 18 de novembro de 2004¹², antes de um estado de crescente agitação, a versão final da Lei nº 4.093 ou Plano de Enraizamento e Colonização foi promulgada na Câmara dos Deputados da cidade de Posadas onde, além da compra de 75.000 hectares, declarados de utilidade pública, pertencentes às empresas Intercontinental Compañía Maderera S.A., CATO SRL (Agroflorestal) e Colonizadora Misionera S.A., o Estado assumiu o compromisso de conceder empréstimos para habitação, produção e treinamento técnico aos ocupantes com o objetivo de permitir o acesso à terra. Apesar da promulgação da lei, o Estado e as empresas indicaram continuar sem chegar a um acordo em relação ao custo de venda das terras.

Em dezembro de 2006, depois de um acampamento de produtores de Pozo Azul em frente à Casa do Governo, em reivindicação da execução do Plano, seu pedido foi prorrogado por um ano. Isso despertou um forte descontentamento entre os ocupantes que retornaram às suas fazendas e iniciaram um novo processo de organização. Durante 2007, os conflitos aumentaram. Em janeiro daquele ano, 41 famílias - um total de 180 pessoas - da cidade de El Soberbio, foram intimidadas a desocupar suas casas, chegando a um acordo somente após a intervenção do Tribunal de Paz na região. Por outro lado, em abril, cerca de cem ocupantes nucleados no CCT-A da região de Mondorí e Progreso, localizado a 8 km de Pozo Azul, fecharam a rodovia novamente porque foram excluídos dos limites propostos pelo Plano de Enraizamento e Colonização. De acordo com entrevistas realizadas em uma das viagens de campo, essa situação foi resultado de instrumentação deficiente do Censo de Ocupantes e erros na medição do local, pois haviam famílias que não estavam cadastradas, portanto, estavam fora de alcance da lei enquanto, em outros casos, os proprietários se recusavam a vender a terra.

Durante o mês de setembro, houve novos bloqueios de estradas em defesa do desmatamento da colina nativa em Cencerro S.A., de propriedade de Jorge Ottonelo, na qual também operava uma serraria responsável pelos cortes e refinamentos da madeira extraída. Nessas terras, foram

¹⁰ La denominación en español es: Ley Nº 4.093 o Plan de Arraigo y Colonización.

¹¹ Esta lei visava limitar a participação do Estado provincial no processo de regularização e controle da terra.

¹² Neste ano, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNaM realizou o primeiro Censo de Ocupantes de Terras Privadas - o único levantamento quantitativo existente sobre a população estudada - no qual foram desenvolvidos todos os planos necessários para estimar o número de unidades domésticas, lotes e habitantes, bem como um trabalho para determinar as áreas de terra ocupada.

assentadas 60 famílias solicitando a inclusão de suas propriedades no pedido de compra do Plano. Durante o ano de 2008, em meio ao descontentamento da população ocupante, o Estado provincial iniciou o trabalho de medições em alguns lotes já adquiridos e as primeiras autorizações de residência foram entregues na cidade de San Vicente.

Por outro lado, em novembro de 2010, foi realizada uma reunião com mais de 100 referentes de diferentes organizações de ocupantes com o Subsecretário de Terras da província. Ao pedido de extensão do território afetado pelo Plano de Arraigo e Colonização, a denúncia foi adicionada por falta de energia elétrica na zona. Os produtores insistiram na necessidade de comprovação de ocupação que lhes permitisse acessar programas e serviços produtivos, como a conexão elétrica, uma vez que a falta de titulação era o principal obstáculo à obtenção do serviço. Na ocasião, o então subsecretário de Terras, Jaime Ledesma, disse que, no âmbito dos esforços que estavam enviando, encaminharam relatórios sobre as famílias ocupadas aos Ministérios da Agricultura e Ecologia para agilizar sua entrada nos planos correspondentes, assumindo o compromisso de consultar o presidente da Electricidad de Misiones S.A. (EMSA), para instalar as linhas de energia necessárias.

Em março de 2011, o mesmo Subsecretário de Terra, reuniu-se novamente com mais de 130 produtores em San Pedro e arredores, pelo mesmo inconveniente. Quase um ano depois, em 7 de fevereiro de 2012, o jornal El Territorio intitulou: “Os colonos de Pozo Azul se mobilizarão na reivindicação de eletrificação rural”, o que evidenciou que o problema persistia apesar das promessas do Estado. A regularização dessas terras, juntamente com a entrega dos títulos, ocorreu somente em março de 2012, altura em que a quantidade de 22.000 hectares de terras fiscais rurais estava pronta para ser entregue ao Estado. Esse número representa pouco menos de um terço dos 75.000 hectares que foram declarados de utilidade pública pela Lei de Enraizamento e Colonização.

Além da diferença significativa na área a ser adquirida, é possível que o acordo entre o Estado e as empresas florestais pelo preço de compra da mesma tenha sido mais conveniente para empreendedores do que para produtores, assim como para primeiro, ter terras sem ser explorado não significa um negócio lucrativo; enquanto, para as famílias ocupantes, o compromisso de pagamento de suas terras gerou uma dívida que em muitos casos eles não puderam assumir:

Depois que a medição chegou aqui, muitas pessoas saíram, não podiam pagar. Você diz que ‘dez anos não é muito’, mas você precisa ter quando a votação chegar. Eles partiram, mas também ganharam dinheiro, venderam pequenas terras por U\$ 150.000 ou trocaram por carros. Não sei se é prata para eles ou eles estavam com medo ou não podiam pagar..., capazes, não podiam pagar (Produtor Intercontinental de Ocupantes, Inter Cross, fevereiro de 2019).

Terceiro momento: repressão e tentativa de desarticulação de experiências organizacionais

Despejos

Durante os anos em que a ocupação durou, o Estado se limitou à contenção do conflito gerado principalmente pelos constantes ataques dos empresários florestais aos ocupantes, com o objetivo de dismantlar qualquer experiência organizacional dessa população que tende a

fazer cumprir a Lei de enraizamento e colonização. No entanto, a exploração da floresta nativa e o processo de ocupação espontânea da terra continuaram.

Em fevereiro de 2013, mais uma vez as famílias dos locais de Mondorí e Puente Alto, localizadas no Departamento de San Pedro, receberam uma ordem de despejo da Secretaria do Tribunal de Instrução Nº 3 de San Vicente.

Hoje retornam os mesmos zangões que na época usavam as pessoas como escravos e querem despejar para dominar coisas que não são mais deles [...] quando não havia mais madeira nativa deixada ao povo e aí vem a ocupação, porque a ocupação as pessoas não precisam comer, não têm para onde ir, têm que trabalhar a terra, têm que produzir, têm que comer dali, e aí as fazendas foram montadas (Produtor ocupando a Colonizadora, km 90, setembro de 2015).

Os lotes sujeitos a despejo eram de propriedade da empresa Colonizadora Misionera S.A. A superfície deles acrescentou um total de 28.882 ha. Lá, desde 2011, 26 famílias ocupavam 8.882 ha que não estavam no pedido de compra do Estado. Naquela ocasião, o Subsecretário de Terras da província explicou que a empresa possuía 30.000 ha. Na área de Pozo Azul, dos quais, através da aplicação da Lei de Colonização e Arraigo, o governo expropriou 19.000 ha, mas que o conflito eclodiu porque os ocupantes reivindicaram 800 ha dos 11.000 ha restantes que não estão sujeitos ao processo de compra (El Territorio 28/02/2013).

O despejo ocorreu em 8 de abril de 2013, no meio de uma mesa de diálogo entre os representantes dos ocupantes e o Estado, onde os produtores reivindicaram regularizar as terras que habitavam por mais de 10 anos. Após as expulsões, os ocupantes não receberam respostas do Estado, e novamente se voltaram para fortalecer a luta na rodovia.

A partir das expulsões, ninguém queria assumir o controle. Não houve oficiais! Mas o diretor de diálogo havia participado, o diretor de terras, Felipe Domínguez, do MAM, o prefeito de San Pedro e o ministro de Direitos Humanos, que saíram dizendo que desconheciam o assunto. Depois não havia outra opção, voltamos à rodovia! (Produtor ocupando a Colonizadora, km 90, novembro de 2017).

Como resultado dos bloqueios, um mês depois, foi assinado um acordo em que o Estado da província prometeu adquirir dois lotes de 1.000 ha para as famílias afetadas. Da mesma forma, foi acordado que, a partir de então, nenhum despejo adicional seria realizado, o assédio judicial cessaria e o não processamento imediato de todos os detidos continuaria. No entanto, entre abril e agosto, a rodovia continuou sendo bloqueada por longas horas, por dia, devido à violação pelo Estado do compromisso assumido. Em julho de 2013, novos acordos de cooperação foram estabelecidos para a aquisição de 378 hectares de terra na área de Puerto Argentino, enquanto em setembro do mesmo ano foi alcançado um acordo para regularizar a localização de 70 famílias que ocupavam cerca de 1.400 ha em Colonia Victoria, ambas propriedades da empresa Riceri S.A., também localizada no município de San Pedro.

Os detalhes da descrição expõem totalmente a disposição à luta da população ocupante. Motivados pela necessidade de preservar seus meios de subsistência, defenderam os interesses do coletivo até as últimas consequências, que também eram deles. Eles aumentaram sua consciência com base na experiência, no que viveram e sentiram por mais de uma década de assédio e abuso; de serem espancados e despejados de suas fazendas pela força e, no entanto, não

desembaraçaram o caminho até que a aplicação da Lei fosse alcançada e, com ela, a tão desejada propriedade da terra.

Considerações finais

A tarefa de historiar a ocupação de Misiones, desde a colonização até o esgotamento da fronteira agrícola, permite, por um lado, observar quais foram os fatores que desencadearam os conflitos por terra e, por outro, o lugar ocupado pelo Estado em dito processo. Desta forma, é evidente que a incorporação de capitais transnacionais para o desenvolvimento florestal, no início do século XX, impulsionou a ocupação do Nordeste da província. Da mesma forma, pudemos ver como o capital florestal, com o objetivo de garantir as melhores condições para sua expansão, acumulava meios de produção - neste caso a terra - e recrutava a força de trabalho necessária para realizar as tarefas exigidas por essa atividade. A essa situação se somam a sucessiva crise da erva-mate e a ampliação dos complexos do agronegócio, que acabam com as aspirações de camadas inteiras da população rural dedicada às culturas tradicionais, forçando-as a buscar melhores condições para sua reprodução.

Em meados da década de 1980, a economia nacional se viu em meio a uma crise que causou severa estagnação na produção florestal. Nesse contexto, as empresas abandonaram suas propriedades no nordeste da província de Misiones. Nessas circunstâncias, e nessas fazendas, a ocupação de terras particulares começou a tomar forma, de modo que seu desenvolvimento expressa plenamente o empobrecimento de pequenos e médios produtores que perdem progressivamente sua capacidade de se reproduzir, seja por descapitalização - no caso dos setores agrícolas médios - ou devido a um processo sustentado de pauperização, como foi o caso da pequena produção de fundição.

Quanto ao comportamento do Estado em relação à silvicultura, desde a colonização de terras privadas (1920), suas ações tenderam a favorecer o desenvolvimento industrial florestal, na época com a entrega de terras que posteriormente seriam dedicadas à exploração madeireira. Por outro lado, ao longo do século XX, por meio de subsídios a essa atividade, com o objetivo de garantir um maior nível de produtividade no ramo. No entanto, o ponto de virada para o caso em questão foi o desembolso milionário de capital estrangeiro que reativou o setor florestal entre 1993 e 1997. Portanto, os empreendedores começaram a reivindicar a propriedade das terras que haviam abandonado durante a década anterior. Perante esta situação, e antes da organização da população ocupante em defesa das terras, o Estado voltou a intervir no conflito como mediador, desta vez partindo da sanção da Lei 4.093 ou Plano de Enraizamento e Colonização que veio a salvaguardar os interesses do capital florestal.

Embora reconheça que o processo de luta desenvolvido pelos ocupantes foi a pedra angular na qual foram montadas todas as reivindicações, principalmente a sanção da Lei de Enraizamento, a intervenção do aparato estatal no resultado do conflito não deve ser minimizada, porque sua natureza como estado capitalista o posicionou acima dos interesses das partes envolvidas, a fim de atenuar as situações de conflito. Nesse sentido, embora Lei de Arraigo atendesse à demanda central pela qual os ocupantes lutavam, a propriedade da terra também tinha a característica de ter sido o instrumento legal com o qual a ordem era garantida e, com ela, a proteção dos os interesses do capital florestal em relação à organização da população ocupante.

A sanção da Lei de Enraizamento favoreceu aos empresários, na medida em que receberam uma quantia significativa em dinheiro pela venda de lotes declarados de utilidade pública pela

referida Lei. Vale ressaltar que é apenas metade da área fornecida pela lei, que também continuou a ser explorada durante os dez anos necessários para a sua implementação. Segue-se, então, que são terras de baixa fertilidade e, conseqüentemente, sem muita rentabilidade para as empresas florestais. O “equitativo”, em termos de distribuição de recursos, teria sido a transição de uma propriedade individual para uma coletiva. No entanto, o que aconteceu foi o aprofundamento de um processo de mercantilização das terras que vinha se desenvolvendo desde o início do século XX, quando o Estado vendeu grandes extensões de terras para empresas florestais, o mesmo que em 2015 foi vendido novamente por um valor mais alto. Por fim, o Estado os vende para as famílias ocupantes no âmbito do processo de regularização fundiária.

Em geral, os conflitos por terra são o resultado das principais contradições do modo de produção especificamente capitalista que, por mais de meio século, levou ao avanço da indústria florestal, em detrimento das condições de vida e de trabalho de milhares de produtores rurais e suas famílias. Nesse contexto, a única possibilidade de superar essa situação está sujeita à supressão das relações sociais que lhe dão sentido. No entanto, devido ao grau de complexidade que assumiu, à quantidade de população envolvida e ao nível de organização que alcançou a luta por terras dirigidas pelos ocupantes, considera-se que este representa o ponto mais alto do desenvolvimento da luta de classes dos últimos trinta anos na província de Misiones.

Esta conclusão decorre da perspectiva que foi decidida implementar nesta análise, com a qual foi possível fazer uma descrição dos aspectos particulares do problema estudado com base na observação de todo o processo. Dessa forma, a disposição para a luta da população ocupada, que, motivada pela necessidade de conservar seus meios de subsistência, defendia os interesses do coletivo até as últimas conseqüências. Por outro lado, a vontade dos empresários florestais, que - como qualquer outro capitalista individual - encontrou no sistema social os argumentos econômicos e políticos para sujeitar as piores condições de exploração e vida a camadas inteiras da classe trabalhadora rural. Nesse caso, a fim de garantir sua existência à custa de aumentar a concentração e a exploração da terra.

Referências

ABÍNZANO, R. **Procesos de Integración en una sociedad multiétnica**: la provincia argentina de Misiones. 1985. Tesis (Doctorado en Antropología y Etnología) - Universidad de Sevilla, Sevilla, 1985.

BARTOLOMÉ, L. **Los colonos de Apóstoles**: estrategias adaptativas y etnicidad en una colonia eslava en Misiones. Posadas: EdUNaM, 2007.

BELASTEGUI, H. **Los colonos de Misiones**. Posadas: EdUNaM, 2006.

D’ATRI, A.; ESCATI, C. **Movimiento piquetero/a en Argentina**, Toronto: AWID, 2008. Disponible en: <<https://bit.ly/2IPFQHh>>. Consultado el: 15 mar. 2019.

ENGELS, F. **Carta a Bloch**, Correspondencia. Editorial Cartago, 1973.

GALAFASSI, G. Cuando el árbol no deja ver el bosque: neofuncionalismo y posmodernidad en los estudios sobre movimientos sociales. **Revista Theomai**, Buenos Aires, n. 14, p. 37-58, 2006.

GALLERO, C.; KRAUTSTOFL, E. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970). **Revista Avá**, Posadas, n. 16, p. 245-264, dez. 2010.

GILI, M. La historia oral y la memoria colectiva como herramientas para el registro del pasado. **Revista Tefros**, Córdoba, v. 8, p. 1-7, dez. 2010.

GUBER, R. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2011.

KOSTLIN, L. Ocupaciones de tierras privadas y conflicto en el nordeste: La conformación de un ciclo inicial de lucha por la tierra en Misiones. In: MANZANAL, M.; VILLAREAL, F. (Org.) **El desarrollo y sus lógicas en disputa**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2009. p. 47-70.

KRTALIC, M.; HASENAY, D. **Los periódicos como una fuente de información científica en las ciencias sociales y las humanidades**: un caso de estudio de la Facultad de Filosofía, Universidad de Osijek, Croacia. Session 119, Helsinki: IFLA, 2012. Disponible en: <<https://www.ifla.org/past-wlic/2012/119-krtalic-es.pdf>>. Consultado el: 5 dic. 2019.

MILOS, P. Memoria e historia en el Chile de hoy. In: PALMA, G. (ed.) **Memoria e Historia**: Seminario Internacional en homenaje a Myrna Mark. Guatemala: AVANCSO, 2005. p. 79-112.

OTERO, N. De la chacra al corte. Los dirigentes de Unión Campesina y la lucha por la tierra en el nordeste de Misiones. In: SCHIAVONI, G. (ed.) **Campesinos y agricultores familiares**: la cuestión agraria en Misiones a fines del siglo XX. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2008. p. 71-98.

POZZI, P. Esencia y práctica de la historia oral. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, Brasil, v. 4, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 2012.

RAMÍREZ, D. Un abordaje histórico de la actividad forestal en Misiones: del frente extractivo al agronegocio forestal. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco, n. 30, p. 31-49, 2017.

RAMIREZ, S. Trabajo que se hace humo: sobre la condición social de los ocupantes tabacaleros en el nordeste de Misiones. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA. FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES, 11., 2015, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2015. Disponible en: <<https://www.academica.org/000-061/824>>. Consultado el: 10 mar. 2019.

RODRÍGUEZ, L. Estado y producción: la actividad yerbatera en el territorio nacional de Misiones (1926-1953). **Revista Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco, n. 23, p. 43-64, jul. 2015.

SCHVÖRER, E. Materiales para el estudio del campo de la tierra en Misiones: la ocupación de tierras privadas. **Revista Estudios Regionales**, Posadas-Misiones, ano. 10, n. 20, dez. 2001.

SLUTZKY, D. **Estructura social agraria y agroindustria del Nordeste de la Argentina**: desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente. Posadas: EdUNaM, 2014.

THOMPSON, P. Historia oral y contemporaneidad. In: ANUARIO N° 20. **Historia, memoria y pasado reciente**. Rosario: HOMOSAPIENS ediciones, 2004. p. 15-34.

ZOUVI, S. La federalización de Misiones. In: LUORNO, G.; CRESPO, E. (coord.) **Nuevos Espacios. Nuevos problemas. Los territorios nacionales**. Neuquén: Educo-Cehepoc Editores, 2008. p. 1-24.

Fontes consultadas

Diario Misiones On Line, Posadas-Misiones - 18/10/2014

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 13/06/2014

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 9/04/2013

Diario El Territorio, Posadas-Misiones - 28/02/ 2013

Diario Página 12, Buenos Aires - 20/12/2007

Diario Página 12, Buenos Aires - 03/02/2003

Diario La Nación, Buenos Aires - 29/09/2002